AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 Nº 10 5 DE NOVEMBRO DE 1979

FGV - EBAP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SAO PAULO SP
MALOTE F005
PERIODICOS

CORRESPONDÊNCIA
RECEBIDA
27 NOV 1979

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antônio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Freire Raguenet
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração	Lúcia Maria Murat Vasconsellos
Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Secretárias	Maria Berni Medina de Abreu
	Brunhilde Dora Gabsch
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha
Estagiários	Lauro Flávio de Faria
	Rogério Carneiro Campello
	Andréa Delmonte
	Iracema Bouza Pessôa
	Frederico A. N. B. Neto
	Márcia Mury Alves
	José Frederio Valladão Koplin

Agroanalysis. v. 1 – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

Proálcool 2

Comentários

Arroz 17

Cacau 18

Café 19

Feijão 21

Milho 22

Trigo. 22

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo 24

Preços no Mercado Interno 26

Preços Relativos 28

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

NOTA DA EDIÇÃO

O destaque neste número de Agroanalysis cabe a um estudo do Proálcool em que so procura avaliar o desempenho do Programa à luz dos objetivos enunciados na Exposição de Motivos apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) em novembro de 1975. Quatro anos depois, já se dispõe de informações que permitem moderar o entusiasmo inicial e recolocar o Proálcool dentro de uma perspectiva mais modesta quanto à sua contribuição para a solução dos problemas energéticos do país. Foram superestimados, também, os benefícios sociais indiretos que adviriam do Programa. A análise do GIA sugere que, superada a fase em que se procurou tirar o melhor partido possível da infraestrutura préexistente na agroindústria açucareira, deveria haver maior preocupação com o aproveitamento de matérias-primas como a mandioca e o babaçu, como forma de redistribuir regionalmente os benefícios do Programa. Aponta, ainda, para a necessidade de se desenvolver a infraestrutura de distribuição e estocagem, atualmente em descompasso com a capacidade de produção.

Também são objeto de análise, neste número de "Agroanalysis", as conseqüências da liberação do preço do arroz, as perspectivas do mercado internacional do cacau, a nova política de vendas do IBC, as boas perspectivas da safra das águas do feijão, o efeito das importações de milho sobre o mercado interno e os problemas decorrentes da frustração na safra do trigo.

PROÁLCOOL

SEM UM PLANEJAMENTO GLOBAL VISANDO À SUBSTITUIÇÃO DE TODOS OS DERIVADOS DE PETRÓLEO, NÃO PODERÁ SER CUMPRIDO O OBJETIVO DO PROÁLCOOL DE ECONOMIZAR DIVISAS. ALÉM DISTO, O PROGRAMA NÃO VEM PROMOVENDO A DESCONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO NO RITMO DESEJÁVEL: O ESTADO DE SÃO PAULO RECEBERÁ 44% DOS FINANCIAMENTOS APROVADOS. OBSERVA-SE TAMBÉM QUE MATÉRIAS-PRIMAS ALTERNATIVAS – COMO A MANDIOCA E O BABAÇU – QUE POSSIBILITARIAM O DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES ATRASADAS E A ELEVAÇÃO DA RENDA DE NÚCLEOS POPULACIONAIS BASTANTE POBRES, NÃO RECEBERAM O APOIO NECESSÁRIO.

Criado em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), idealizado de forma ampla e ambiciosa, propunha-se não só a desenvolver a produção de álcool no país para finalidades energéticas, mas levantava, também, a possibilidade de contribuir para a consecução de certos objetivos sociais. Previa-se que o Proálcool teria um impacto positivo em termos de redução das disparidades regionais e pessoais de renda no setor rural, assim como sobre a retenção de mão-de-obra no campo.

Hoje, com a experiência de quatro anos, percebe-se que se superestimou a possibilidade de alterar, através do Proálcool, algumas das características sócio-econômicas fundamentais do país. E nem sempre os objetivos deixaram de ser atingidos por erro de cálculo ou porque ocorreram desvios em relação às intenções iniciais do Programa mas, sim, em função de entraves institucionais de todo tipo.

O roteiro escolhido para este trabalho consistiu em analisar a viabilidade de cada um dos objetivos explicitados na Exposição de Motivos apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) em 05/11/75 e que serviu de base à aprovação do Programa. Esta visão global é a única que permite julgar a conveniência ou não de se investir US$ 5 bilhões no Proálcool, recorrendo-se, inclusive, a empréstimos externos (US$ 1 bilhão já foram captados no exterior).

Economia de divisas

Na referida Exposição de Motivos, a meta mais importante do Programa estava bem destacada: "A Economia de divisas é um dos seus principais objetivos, através da substituição das importações do combustível petrolífero, atualmente consumido por nossa frota rodoviária, e de matérias-primas para a indústria química".

Em 1979, quatro anos depois, não se observa uma queda poderável no volume do petróleo importado. Isto, apesar do Brasil produzir 3,8 bilhões de litros de álcool, utilizá-lo misturado à gasolina em boa parte de sua frota de automóveis, já ter lançado no mercado alguns veículos movidos exclusivamente a álcool e ter estabelecido uma meta de 250 mil carros para o próximo ano. O consumo continua a crescer num ritmo superior ao da economia. Entre 1975 e 1978, o total de petróleo importado aumentou em 25%, o que significou uma taxa média no período de 7,8%, superior portanto à expansão do Produto Interno Bruto (PIB). Ora, a diminuição da dependência externa, em matéria de energia, exigiria, necessariamente, a redução gradativa da relação petróleo importado/Produto Interno Bruto, o que não parece estar ocorrendo.

A razão principal para isto é que algumas restrições técnicas impossibilitam que o álcool se constitua, sozinho, em um substituto completo do petróleo. Considerando-se que os esforços centraram-se no abastecimento da frota de automóveis, apenas um dos derivados do petróleo — a gasolina — está sendo efetivamente substituído. É como existem imposições de ordem técnica no craqueamento do petróleo bruto que limitam em proporções determinadas a obtenção de cada um de seus derivados, não é possível que a substituição de apenas um desses derivados diminua o volume total do petróleo consumido. No caso das refinarias brasileiras, a média de distribuição é de 23% para a gasolina, 32% para o óleo diesel, 30% para o óleo combustível e 14% para outros.

A possibilidade, levantada por alguns técnicos, de reciclar as refinarias a fim de mudar a composição da produção final (retirando-se menos gasolina e mais diesel ou óleo combustível) seria economicamente pouco vantajosa. Esta solução exigiria altos investimentos para uma diminuição insignificante na participação final da gasolina.

Seria possível, ainda, alegar que, a longo prazo, a expansão da produção de álcool resultaria em economia substancial de divisas se a gasolina representasse o elemento dinâmico na evolução da demanda dos derivados de petróleo. Ou seja, se o ritmo de crescimento do consumo de gasolina superasse o dos outros derivados de petróleo.

No entanto, como comprova o quadro 1, dos três principais derivados foi a gasolina que apresentou o menor ritmo de crescimento (23%) no período 1972-1978, enquanto o consumo do óleo diesel cresceu 98% e o do óleo combustível 115%. Obviamente, tais índices refletem a política energética do país, que controlou — via aumento de preços — o consumo da gasolina, ao mesmo tempo em que o preço do diesel recebia fortes subsídios. Já o substancial crescimento observado no ítem óleo combustível se deve à entrada em operação de unidades industriais projetadas ainda na época do petróleo barato.

Mas além de refletir uma decisão ao nível da política energética, tais índices refletem, também, a falta de atuação governamental, a médio prazo, no sentido de modificar a estrutura de consumo dos derivados de petróleo. Assim, apesar de ter sido possível um certo controle sobre a demanda da gasolina, sem alterações estruturais, o mesmo não ocorreu com o óleo diesel. Este somente poderia sofrer drásticas reduções caso houvesse uma mudança radical no sistema de transporte de cargas do país. Na ausência de uma estratégia deste tipo, a única saída para evitar uma alta inflacionária incontrolável foi a manutenção dos subsídios, já que a maior parte do transporte de carga é feito por via rodoviária.

É neste contexto, também, que deve ser entendida a re-exportação da gasolina no ano passado, levada a efeito pela Petrobrás. Esta decisão foi amplamente criticada, pois o produto foi vendido a Cr$ 3,50 o litro, preço do mercado internacional, enquanto seu custo de produção no Brasil era de Cr$ 3,70 e o consumidor nacional pagava Cr$ 7,60. Essas transa-

Quadro 1

BRASIL — Índice de crescimento anual do consumo dos principais derivados de petróleo e participação percentual no total — Período 1969/76
Em milhões de m^3

Principais Derivados / Anos	1969		1970		1971		1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978	
	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%
Gasolina A + B	8,8	35	9,8	38	12,1	37	12,1	39	14,0	36	14,5	35	14,6	33	14,6	30	14,0	29	15,0	28
% Crescimento Anual	—	—	11,3	—	9,2	—	13,1	—	15,7	—	3,6	—	0,7	—	—	—	(4,1)	—	7,1	—
Óleo Diesel	5,9	24	6,5	25	7,1	25	8,0	26	9,8	25	10,6	26	11,7	27	13,8	29	14,8	30	15,9	30
% Crescimento Anual	—	—	10,4	—	9,2	—	12,7	—	22,5	—	8,2	—	10,4	—	17,9	—	7,2	—	7,4	—
Óleo Combustível	8,4	33	7,3	28	8,7	30	8,4	27	11,9	31	13,2	32	14,0	32	15,8	33	16,3	33	18,1	34
% Crescimento Anual	—	—	(13,1)	—	19,2	—	(3,4)	—	41,7	—	10,9	—	6,1	—	12,8	—	3,2	—	11,0	—
G.L.P.	2,0	8	2,2	9	2,4	8	2,6	8	2,9	8	3,1	7	3,3	8	3,6	8	3,9	8	4,2	8
% Crescimento Anual	—	—	10,0	—	9,1	—	8,3	—	11,5	—	6,9	—	6,4	—	9,1	—	8,3	—	7,7	—
TOTAL	25,1	100	25,8	100	28,9	100	31,1	100	38,6	100	41,4	100	43,6	100	47,8	100	49,0	100	53,2	100
% Crescimento Anual	—	—	2,8	—	12,0	—	7,6	—	24,1	—	7,2	—	5,3	—	9,6	—	2,5	—	8,6	—

FONTE: PETROBRÁS e CNP.

ções, além de revelarem a existência de um custo social adicional acarretado pela política de substituição de gasolina, punham em evidência, também, o descompasso existente no programa de substituição energética. A redução no consumo de gasolina não estava sendo acompanhada pelo indispensável esforço no sentido de substituir os demais derivados do petróleo.

Segundo projeções do Ministério das Minas e Energia, e desde que seja cumprido o cronograma (o que é duvidoso, como será analisado mais adiante), o álcool deverá atingir, em 1987, apenas 2,1% do total da energia utilizada no País e menos de 10% do consumo previsto de petróleo. Sendo assim, a política energética deveria contemplar não só o uso mais diversificado do álcool produzido mas, também, o aproveitamento de outras fontes de energia.

Segundo técnicos da área de Energia, não existem restrições tecnológicas que impossibilitem a substituição dos outros derivados de petróleo. Assim, alguns exemplos são citados, como o motor de caminhão que emprega uma mistura de álcool (30%) e diesel (70%), em fase de desenvolvimento, e que apresenta um baixo custo de conversão. Ou ainda o motor com diesel e carvão (gás pobre), utilizando o mesmo princípio do gasogênio, com uma economia de 98% do diesel consumido. Finalmente, o que parece ser uma opção para os motores estacionários: o gás d'água, que uma firma nacional descobriu e patenteou. Este motor emprega apenas carvão vegetal e água. A eficácia dessas alternativas já foram constatadas por especialistas da área.

O ponto de estrangulamento seria então a inexistência de um planejamento global em que as diversas alternativas fossem testadas e viabilizadas economicamente. A inexistência de definições mais precisas faz com que surjam opiniões contraditórias sob o ponto de vista econômico. Apesar de não estar no âmbito deste trabalho a análise das diversas alternativas energéticas, vale destacar, como exemplo da falta de planejamento global, a divergência que se observa entre os técnicos com relação a algumas das soluções propostas.

Assim, recentemente, o chefe do Departamento de Motores do IPD (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, um dos órgãos do CTA — Centro Técnico Aeroespacial), em entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, criticou a opção feita por algumas multinacionais em favor do motor "Multifuel", que poderia tanto andar com óleo diesel quanto com uma mistura de álcool e um aditivo que aumentasse o poder calorífico do álcool. Segundo aquele técnico, o consumo dos motores com o álcool aditivado é cerca de 60 % superior ao consumo de óleo diesel, acrescentando ainda que o aditivo custaria cerca de Cr$ 40,00 o litro, o que significaria um aumento no preço final do combustível de Cr$ 4,00/litro.

Para o técnico do CTA, a opção deveria ser a substituição parcial de óleo diesel por óleo vegetal, em uma primeira etapa, para, em seguida, ocorrer a substituição total. A resposta da Mercedes Benz, que está desenvolvendo o motor "Multifuel", é de que esta alternativa não exigiria praticamente qualquer modificação no motor atual, enquanto a alternativa do CTA implicaria a conversão dos 700 mil motores existentes, o que, certamente, traria problemas de economicidade.

Sem esse planejamento global, a única forma de fazer com que a produção de álcool contribuísse para economizar divisas seria a exportação de grandes quantidades do produto. Mas mesmo considerando viável a remota possibilidade de que o mercado internacional venha a consumir grandes volumes de álcool, verifica-se que seu preço atual no mercado externo mal viabiliza as exportações brasileiras. O hectolitro está cotado em US$ 42. Em cruzeiros, ao câmbio de novembro, isto representava Cr$ 12,68 o litro. Ora, o preço de paridade, que não inclui ICM e outros impostos, está atualmente em Cr$ 10,19.

Influência do mercado internacional

Tratando-se de um Programa cujo objetivo

principal é a economia de divisas, mas que utiliza para a produção de álcool a mesma matéria-prima do açúcar, é preciso examinar quais as possíveis influências do mercado internacional deste último produto sobre a oferta interna de álcool.

Esta interação tem origem na própria criação do Proálcool, pois o programa tomou impulso quando a agroindústria açucareira defrontava-se, como é o caso ainda hoje, com séria crise financeira. Conforme se pode verificar no Quadro 2, após alcançar elevadas cotações nos anos de 1974 e 1975 — em novembro de 1975 a média "spot" chegou a atingir US¢ 57,17/lb-peso — os preços do açúcar passaram a cair substancialmente, tendo ficado no ano passado em torno de US¢ 7,15/lb-peso. O excessivo estoque mundial (aproximadamente 30 milhões de t, para a safra atual), apresenta-se como o principal fator que vem provocando continuamente a baixa das cotações.

Em conseqüência, o setor encontra-se bastante endividado, pois foi surpreendido pela drástica desvalorização do produto, não podendo saldar compromissos assumidos no período de alta das cotações, quando foram desenvolvidos diversos projetos de modernização e ampliação da agroindústria. Nestas circunstâncias, e diante da fraqueza do mercado externo, o Proálcool ofereceu uma solução para os problemas financeiros enfrentados pelos produtores de açúcar.

No presente momento, o mercado açucareiro mundial começa a apresentar sinais de recuperação. Ainda que os estoques permaneçam elevados, as últimas estimativas prevêem que o consumo deverá superar a produção em aproximadamente 3 milhões de toneladas, na safra 1979/80. Ao lado disto, existe a possibilidade de que o Acordo Internacional do Açúcar, (AIA) venha a ser ratificado pelos EUA e a CEE, até então ausentes do Acordo. E a adesão destes dois mercados, que se colocam entre os principais importadores e exportadores de açúcar, seria, por si só, mais um fator de forte estímulo para a recuperação das cotações do produto.

É importante ressaltar que a idéia de utilização do álcool em motores carburantes não é nova. Já em 1931, um decreto do Governo estabelecia que o álcool deveria ser misturado com a gasolina numa proporção da ordem de 5%. Naquela época, esta medida não representava uma preocupação em poupar divisas gastas na importação de petróleo. Pretendia apenas fazer frente à dificuldade de colocar no mercado externo o excedente de açúcar produzido no país. Portanto, desde a primeira fase da produção de álcool com finalidades energéticas, observa-se uma estreita vinculação com a problemática do mercado internacional do açúcar.

Uma vinculação, aliás, que permanece, pois, com o impulso que o Programa tomou mais recentemente, ocorreu uma intensificação na implantação das chamadas destilarias anexas: usinas que até então somente produziam açúcar passaram a processar a cana também para a produção de álcool. Sendo assim, é preciso pesquisar, então, qual a possibilidade de que uma re-

Quadro 2

Açúcar — Preços no mercado internacional
Período 1969/79

ANO	PREÇOS US¢/LB
1969	3,37
1970	3,75
1971	4,52
1972	7,43
1973	9,61
1974	29,99
1975	20,49
1976	11,58
1977	8,25
1978	7,95
1979**	8,86

* De nov-77 em diante considera-se futuro 1ª entrega.
** A partir de set/79 preços no disponível.
FONTE: Commoditie Year Book 78/GIA.

cuperação dos preços do açúcar no mercado internacional traga um risco para as metas de produção de álcool, já que o açúcar pode voltar a exercer uma nova atração para aqueles que processam a cana.

Se, em relação às unidades autônomas, as destilarias anexas implicam menores gastos de investimentos, elas representam, por outro lado, uma garantia bem mais frágil quanto ao cumprimento das metas de produção de álcool fixadas. Este risco parece mais concreto considerando-se que 60,7% das destilarias em funcionameto, ou com seu projeto de instalação já aprovado, pertencem à categoria das destilarias anexas (posição em 30/9/79) correspondendo, em capacidade de produção, a 54% do total.

Assim, a hipótese de uma acentuada queda na produção de álcool, a partir de uma maior lucratividade na produção de açúcar, não pode ser desprezada, apesar do nível de intervenção estatal no setor ser bastante elevado. Isto porque qualquer decisão do governo no sentido de impedir a livre escolha do que produzir — açúcar ou álcool — suscitaria fortes protestos por parte dos industriais. E, caso tais pressões fossem bem sucedidas, colocaria em risco os planos da indústria automobilística quanto à produção de automóveis movidos a álcool.

Por outro lado, a alternativa de deixar que os preços internos do álcool acompanhem a cotação internacional do açúcar, teria o inconveniente de manter a dependência do país às variações externas de preços. E é bom lembrar que a redução dessa dependência é, além da economia de divisas, uma das razões de ser dos planos de substituição do petróleo importado.

Concentração regional

O segundo objetivo explícito no documento que cria o Programa Nacional do Álcool é o esforço de redução das disparidades regionais, devendo o Programa desempenhar um papel no sentido de minorar as desigualdades existentes entre as diferentes regiões do país.

Em uma avaliação do que foi conseguido até o momento, verifica-se, entretanto, uma elevada frustração deste objetivo. Ao contrário, tudo indica que o programa tem servido mais para acentuar desigualdades, tanto interestaduais como intra-estaduais.

Conforme se pode constatar no Quadro 3, a região Centro-Sul registrou, nos últimos 4 anos, ampla vantagem na produção de álcool. A concentração deu-se tanto a nível da quantidade de destilarias implantadas, ou com propostas de implantação já autorizadas, (66% do total em setembro de 1979), quanto a nível da capacidade nominal de produção (70% em setembro de 1979).

Se o nível de concentração por região mostrou-se elevado, este foi superado na relação por estado, onde São Paulo surge como o maior beneficiário, tanto a nível nacional (em 1978 dispunha de 45% do total de destilarias e de uma capacidade de produção correspondente a 68% do total produzido no país), como a nível da região Centro-Sul, pois no ano de 1978 tinha 67% das destilarias implantadas, com uma capacidade de produção de 82% do total produzido na região.

Observando-se os investimentos industriais gerados (Quadro 4) verifica-se que ocorre a mesma tendência de concentração registrada no número de destilarias e capacidade nominal de produção, beneficiando a região Centro-Sul e mais especificamente o estado de São Paulo, que em 1978 detinha 47% do total dos investimentos industriais.

Embora nos últimos 2 anos tenha ocorrido uma melhoria na relação para a região Norte-Nordeste, não se pode ainda considerar que tenha ocorrido alguma mudança substancial na política de aprovação de projetos de implantação de destilarias. No caso de utilização da cana-de-açúcar como matéria-prima, o Programa busca estimular a região Norte-Nordeste fixando taxas de juros de 4% ao ano no financiamento de projetos localizados nas áreas da SUDAM/SUDENE, enquanto para projetos loca-

Quadro 3

BRASIL – Projetos previstos pelo PROÁLCOOL
(Capacidade de produção em m^3)

Estados e Regiões	1979* UNIDADES Número	%	CAPACIDADE NOMINAL DE PRODUÇÃO (m^3/ano)	%
Pará	2	1	21.600	–
Maranhão	2	1	61.200	1
Piauí	3	1	143.900	3
Ceará	5	2	84.200	2
R. G. Norte	4	2	66.500	1
Paraíba	7	3	103.200	2
Pernambuco	20	8	259.000	5
Alagoas	30	13	599.300	12
Sergipe	3	1	34.200	1
Bahia	3	1	107.800	2
NORDESTE	80	34	1.528.900	30
M. Gerais	14	6	326.500	7
Esp. Santo	3	1	60.200	1
Rio de Janeiro	16	7	250.700	5
São Paulo	93	39	2.122.900	42
Paraná	12	5	211.600	4
Santa Catarina	3	1	104.100	2
R. G. Sul	1	–	18.000	–
Goiás	6	3	149.600	3
M. Grosso	9	4	58.500	1
CENTRO SUL	157	66	3.487.500	70
BRASIL	237	100	5.016.400	100

* Considera-se destilarias implantadas e propostas para montagem de destilarias já enquadradas no PROÁLCOOL.
FONTE: IAA–CNAL.

lizados em outras regiões do país, a taxa de juros estabelecida é de 6% ao ano. Mas, em contraposição, recente resolução do Banco Central reduziu o total financiado dos projetos da região Norte-Nordeste de 90% para 80% dos custos das destilarias anexas ou autônomas com base na cana-de-açúcar como matéria-prima, igualando o percentual financiado àquele praticado na região Centro-Sul.

Se os aspectos institucionais do Programa não funcionam como um estímulo para o Norte-Nordeste, observa-se, por outro lado, a possibilidade de ampliação e conversão de destilarias anexas nesta região, ao contrário do que hoje ocorre em São Paulo, onde está próxima a saturação da implantação de anexas. Destaca-se, também, que o estado de Alagoas vem despontando na implantação de destilarias autônomas e na abertura de novas fronteiras agrícolas, beneficiado pelas vantagens topográficas para a cultura da cana-de-açúcar, como é o caso das regiões do Vale do São Francisco e do Tabuleiro Costeiro.

Entretanto, o objetivo do Programa, de redução das disparidades regionais, mostra-se comprometido, em face de sua incapacidade de romper com diferenças econômicas estruturais que separam as duas regiões, bem como, pelo fato de que a cultura da cana-de-açúcar, até o momento eleita preferencialmente como matéria-prima para a produção de álcool, caracteriza-se também por um alto grau de concen-

Quadro 4

BRASIL – Investimentos industriais gerados pelo PROÁLCOOL situação em 15.06.78 e 28.02.79

PERÍODOS / UNIDADES DA FEDERAÇÃO	INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS 15-06-78 Cr$ 1000	%	28-02-79 Cr$ 1000	%
Amazonas	165.134,0	2	165.134,0	1
Maranhão	214.946,0	3	214.946,0	2
Ceará	187.699,0	2	338.157,5	3
Rio Grande do Norte	147.009,0	2	147.009,0	1
Paraíba	834.864,0	7	455.535,4	4
Pernambuco	477.347,6	5	1.085.021,7	10
Alagoas	965.669,8	11	1.468.778,1	13
Sergipe	29.005,0	–	32.917,0	–
NORDESTE	2.821.674,4	32	3.907.438,7	44
Minas Gerais	174.283,1	2	175.283,1	2
Espírito Santo	23.554,0	–	23.554,0	–
Rio de Janeiro	273.732,0	3	337.843,0	3
São Paulo	4.165.944,3	47	5.001.112,8	44
Paraná	274.551,7	3	577.397,3	5
Mato Grosso	941.280,0	11	2.031.529,1	9
Goiás	215.978,0	2	275.298,6	3
CENTRO SUL	6.069.645,1	68	7.422.027,9	66
BRASIL		100		100

Fonte: IAA.

tração. O primeiro desses dois problemas pode ser ilustrado por alguns critérios observados na aprovação de projetos de destilarias. Dentre eles, destacam-se os custos e a infraestrutura viária e de armazenagem, o que também acaba beneficiando fundamentalmente o estado de São Paulo.

O problema de custos adquire certa complexidade, pela gama de fatores que o compõe. Entretanto, não se pode esquecer, no caso da utilização da cana como matéria-prima para o álcool, que a região Centro-Sul, e mais especificamente São Paulo, registra os índices mais elevados de rendimento industrial. No momento, São Paulo obtém uma média de 64 l/t de cana, enquanto Pernambuco e Alagoas conseguem apresentar um rendimento médio de 59 l/t de cana.

Outro aspecto a considerar é a superioridade numérica de destilarias anexas sobre as autônomas. Isto possibilitou uma resposta mais rápida e econômica no cumprimento das metas de produção fixadas por parte de certos estados. No entanto, este fato constituiu-se em elemento reforçador da concentração da produção e da renda na medida em que reproduziu a repartição da produção que caracteriza a agroindústria açucareira.

Analisando ainda o aspecto de custos, um dos elementos que mais pesam na localização das destilarias é a proximidade dos centros de consumo potenciais para o mercado de álcool. Assim sendo, o eixo Rio–São Paulo coloca-se como o centro de maior exigência do produto, justificando a implantação de uma rede de produção de álcool, em suas proximidades, capaz de abastecê-lo, sem que se tenha de incorrer em custos adicionais no chamado "passeio do álcool".

O preço da terra aparece como um argumento que se contrapõe a todos os outros aspectos anteriormente enumerados, no que diz respeito aos problemas de custos na produção de álcool. Entretanto, seu peso não parece definir qualquer prioridade para a região Norte-Nordeste, onde a terra não é bastante valorizada se comparada com a do Centro-Sul. Não há dúvidas de que o preço da terra não chega a constituir o principal elemento na definição de localização das destilarias. Na realidade, o preço da terra é determinado não apenas pela fertilidade do solo mas, sobretudo, pelas condições infraestruturais que servem a determinada região. Assim, uma infraestrutura deficiente deprecia o valor da terra mas provoca elevação dos custos dos projetos nela empreendidos.

Fica evidenciado que o fenômeno da concentração regional, identificado no Proálcool, aparece tão somente como desdobramento da concentração econômica que privilegia a região Centro-Sul. A tentativa de redução das disparidades entre as duas regiões a partir do Programa parece esbarrar em outro objetivo deste, ou seja, produzir o maior volume de álcool pelos menores custos. Com o desenvolvimento do Programa, mantidas intactas as condições estruturais das regiões, o grau de concentração poderá se agravar. Além do que uma parcela dos recursos, destinados ao financiamento de projetos na região Norte-Nordeste, acaba sendo transferida para a região Centro-Sul, onde as indústrias de bens de capital se localizam.

Matéria-prima alternativa

Considerando ainda o objetivo de desconcentração regional, o programa explicitava que deveria haver prioridade de investimento para a mandioca e outras matérias-primas que possibilitassem o fortalecimento das regiões mais atrasadas. Isto porque a grande vantagem da mandioca, do ponto de vista da desconcentração da renda tanto regional quanto pessoal, é que (ao contrário da cana, cuja tecnologia de cultivo é baseada na mecanização intensiva de grandes áreas) a sua produção assenta-se nas lavouras de pequeno porte.

Entretanto, mesmo nas experiências realizadas com a própria mandioca, como a de Curvelo (primeira destilaria de álcool implantada com base nessa matéria-prima), este objetivo foi deixado de lado. O fornecimento de maté-

ria-prima, em Curvelo, foi estruturado sobre produções de grandes fornecedores, distantes entre 30 km e 160 km da destilaria, o que ficou provado ser incompatível com a escala de produção almejada.

Tal estrutura de fornecimento, ao lado das falhas técnicas inicialmente existentes no processamento industrial, fez com que houvesse um acentuado recuo na posição de novos investidores. Estes passaram a esperar o deslanche daquela destilaria, para só então acelerar a implantação de seus projetos. Atualmente, pode-se dizer que com os ajustes procedidos na tecnologia industrial utilizada e com o rearranjo parcial do fluxo da matéria-prima (que passa a incluir pequenos fornecedores localizados em áreas mais próximas da unidade industrial), começa a ocorrer uma reaceleração do programa em relação à mandioca, mas sem o ímpeto desejável.

Assim, já se nota um maior entrosamento entre os executores da implantação de lavouras de mandioca e os responsáveis pela pesquisa de métodos racionais de exploração agrícola. Pode-se observar, agora, o interesse pela implantação de destilarias totalmente baseadas em fornecimentos bem distribuídos, não apenas no sentido espacial, como também em relação ao número de fornecedores envolvidos. Tal situação leva a um aparente retorno às características estruturais da lavoura de mandioca, que foram inicialmente postas de lado em função dos ditos "custos sociais do pioneirismo".

Outro reflexo importante dos erros constatados em Curvelo foi o desenvolvimento do processo industrial, visando reduzir o consumo de energia e acelerar a fase de preparo de matéria-prima, chegando-se hoje a uma técnica bem mais avançada e barata do que aquela utilizada na primeira destilaria.

Enfim, a mandioca como matéria-prima para produção de álcool, cujo processamento já se efetuava na década de 30, mostrou-se um fracasso parcial. Menos pela ausência da tecnologia laboratorial do que pela inexistência de um planejamento inicial correto, para a implantação da usina-piloto instalada em Curvelo, pela PETROBRÁS, sob orientação técnica e do Instituto Nacional de Tecnologia. Destaca-se, ainda, que o alheamento da produção de álcool baseada na mandioca refletiu na desaceleração de projetos equivalentes a 270 milhões de litros por ano, ou cerca de 7% do volume de produção até hoje enquadrada em projetos já aprovados pela Comissão Nacional do Álcool.

Mesmo tratando-se de matérias-primas alternativas (como a mandioca e o babaçu) cuja estrutura de produção não está assentada na concentração da propriedade fundiária, a tendência poderá levar a um Programa com base em grandes produtores, caso não haja uma preocupação explícita com a problemática social. Isto porque, diante do substancial volume de investimentos, e da sustentação de preços realizada pelo governo, o Programa tende a despertar interesse nos grandes proprietários que podem passar a investir em produtos cuja oferta depende, tradicionalmente, de pequenos produtores. A experiência de Curvelo serve, então, como um exemplo desta tendência.

Não há, pois, restrições técnicas que sustentem a afirmação de que o potencial de produção de álcool se esgota a partir da cana-de-açúcar. O babaçu, em função da sua potencialidade natural, e a mandioca, devido às amplas perspectivas de ampliação de fronteiras agrícolas, seriam as melhores alternativas, pelo menos em algumas regiões, caso outros critérios — examinados a seguir — orientassem a aprovação de novos projetos.

Assim é que o estado do Maranhão, maior produtor de amêndoas e de óleo de babaçu do país, pode ser visto como prioritário para a implantação de novas unidades produtoras de álcool de babaçu. Isto desde que sua potencialidade produtiva seja racionalmente aproveitada, evitando-se a crescente derrubada de áreas de babaçuais nativos para a implantação de lavouras de arroz, e mesmo de pastagens, como vem ocorrendo.

O babaçu se destaca ainda pela baixa perecibilidade da matéria-prima, o que possibi-

lita um longo período de armazenagem. Trata-se de um produto de extração direta, em grande parte, em terras de propriedade da União. Portanto, o babaçu poderia ser usado como meio de produção de energia, e, ao mesmo tempo, ser um fator de redistribuição da renda, desde que as estruturas produtivas fossem montadas através da distribuição equitativa de terras devolutas. Esta distribuição, vale destacar, não poderia ser dissociada da implantação de programas de infraestrutura sócio-econômica como de estradas vicinais, de habitação, de saneamento básico etc.

A mandioca, por sua vez, se localizaria em áreas de produção não conflitantes com as das lavouras de cana e que tivessem tradição na cultura, como as regiões litorâneas da Bahia e de Santa Catarina, assim como boa parte das áreas interioranas da Bahia e de Sergipe, e do cerrado de Minas Gerais e Goiás.

Desconcentração de renda

Um terceiro objetivo do Programa seria, nos termos da exposição de motivos de novembro de 1975, "a redução das disparidades individuais de renda, por ter seus maiores efeitos sobre o setor agrícola e, dentro deste, sobre produtos altamente intensivos no uso de mão-de-obra". Constata-se, inicialmente, que o fato da renda média per capita da agricultura ser inferior à dos demais setores da economia, serviu de base ao pressuposto de que o Proálcool, ao promover a redistribuição intersetorial da renda, contribuiria, também, para reduzir a distância entre a remuneração da mão-de-obra rural e a do trabalhador urbano. Neste particular, é difícil avaliar o impacto do Proálcool, já que são tantos os fatores que determinam a evolução da renda no setor agrícola, que se torna bastante difícil a tarefa de isolar os efeitos de um único Programa, por maior que seja o volume de recursos posto à sua disposição.

No que se refere à capacidade de absorção de mão-de-obra dos projetos agroindustriais, contemplados pelo Proálcool, a expectativa manifestada no Programa merece alguns comentários.

A cana-de-açúcar é uma das lavouras em que vem ocorrendo mais rapidamente o processo de mecanização intensiva da produção, o que acaba reduzindo as necessidades de mão-de-obra por área cultivada. Ao mesmo tempo, o Proálcool vem privilegiando, para fins de financiamento, a região Centro-Sul, e particularmente o estado de São Paulo, onde os índices de mecanização são mais altos (ver quadro 5). Por outro lado, na Zona da Mata nordestina, onde o índice de mecanização é ainda bastante baixo, a tendência da lavoura é de se expandir na direção do estado de Alagoas, onde as características do terreno favorecem a utilização de máquinas.

Ainda com referência ao objetivo de redistribuir a renda, a mandioca e o babaçu, como

Quadro 5

BRASIL — Número de tratores por unidade de área (1000 ha) em regiões canavieiras selecionadas — 1970

Mata nordestina	2,0
Canavieira fluminense	6,3
Canavieira paulista	13,1

Fonte: INCRA/UNICAMP. "Áreas de cana-de-açúcar". Regiões homogêneas da Agricultura. Brasília, 1976, p. 264.

demonstrado anteriormente, oferecem nítidas vantagens em relação à cana-de-açúcar e, por isso mesmo, estão a merecer maior atenção por parte dos responsáveis pelo Proálcool.

Terra ociosa

O quarto objetivo do Programa, seria o aproveitamento de recursos ociosos, principalmente a terra. Tudo indica, no entanto, que pelo menos em São Paulo, a disponibilidade de terras é muito pequena em relação às necessidades de expansão da lavoura canavieira, tendo em vista as metas do Proálcool.

Segundo estudo realizado pela SEPLAN* (Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo), o crescimento da lavoura de cana, naquele estado, ocorrerá, forçosamente, em detrimento de outras culturas ou de áreas de pastagem. O Quadro 6 mostra que a área de lavouras, em São Paulo, permaneceu praticamente estável nos últimos oito anos. Sendo assim, a expansão de algumas culturas (cana-de-açúcar, soja, laranja e café, notadamente) provocou retração na área plantada com outras lavouras (amendoim, algodão, milho e arroz).

Este fato ressalta, mais uma vez, a necessidade de proceder a uma desconcentração geográfica da produção de matérias-primas para a fabricação de álcool. E dentro desta ótica, sobressai o aproveitamento de produtos como a mandioca e o babaçu.

Bens de capital

Ainda como objetivo do Programa está colocado o fortalecimento do setor de bens de capital nacional, através da instalação crescente de destilarias. O sub-setor voltado para equipamentos de álcool que estava, antes do Proálcool, trabalhando com capacidade ociosa, recebeu, na verdade, um grande alento.

Mesmo assim, permanece o risco de perda gradativa do controle deste sub-setor para empresas multinacionais, caso não haja um esforço no sentido de melhorar os padrões tecnológicos vigentes. A estrutura oligopolizada da oferta de equipamentos, talvez seja, neste caso, um entrave à introdução de inovações tecnológicas, pois apenas duas empresas nacionais controlam cerca de 80% do mercado.

Por outro lado, a produção de álcool, a partir de mandioca e babaçu, seria uma excelente oportunidade de desenvolver uma tecnologia eminentemente nacional. Não obstante este fato, a destilaria, à base de mandioca, que está sendo implantada no Centro-Oeste, é de tecnologia alemã. E o mesmo há com o projeto de destilaria da indústria Krupp que deve ser implantado no Sul do país. Isto mostra que o capital estrangeiro está disposto a aproveitar as chances de penetrar neste subsetor industrial.

Resultados x intenções

A análise dos objetivos formulados no documento que encaminhou o Programa Nacional do Álcool à apreciação do CDE, mostrou que existe, em alguns casos, uma grande distância entre resultados alcançados e os propósitos que recomendaram a aprovação do Proálcool. Foi o que ocorreu, notadamente, com a economia de divisas — bem menor do que a expectativa inicial — e com o objetivo de redistribuição regional da renda.

O primeiro desses objetivos frustrou-se, em grande parte, pela falta de uma política global de substituição do petróleo importado e pela ausência de um esforço no sentido de modificar radicalmente o sistema de transporte de cargas do país.

Por outro lado, a intenção de fortalecer, através do Proálcool, a agricultura das regiões mais atrasadas, colidiu com o desejo de produzir, rapidamente, a maior quantidade possível de álcool. Isto porque, o imediato

* "A questão do álcool", Secretaria de Economia e Planejamento, julho de 1979.

Quadro 6

Estado de São Paulo
Área dos Principais Produtos da Agricultura Paulista
Ano Agrícola 1970/71 a 1977/78
Em mil hectares

DISCRIMINAÇÃO	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78(1)
Café Beneficiado	693,8	693,8	734,0	800,0	800,0	745,6	895,0	916,9
Cana-de-açúcar	822,2	819,0	802,0	869,6	885,5	999,8	1.011,5	1.094,4
Milho	1.694,0	1.500,0	1.300,0	1.290,0	1.106,0	1.270,0	1.134,0	972,1
Algodão	605,0	630,0	430,0	395,6	368,0	223,3	300,1	345,1
Arroz	556,6	503,0	519,0	464,7	523,7	620,3	347,0	341,9
Amendoim	505,8	504,0	270,0	209,7	184,5	230,0	144,9	172,4
Laranja	213,0	251,0	305,0	378,0	379,0	410,0	398,9	436,7
Soja	87,1	126,6	200,0	335,0	391,2	394,0	449,3	558,8
Feijão	259,0	250,0	270,0	289,6	231,2	239,7	349,5	445,6
TOTAL	5.437,1	5.227,4	4.560,0	5.032,2	4.869,1	5.132,7	5.050,2	5.328,9

FONTE: IEA.
(1) Previsões e estimativas da Safra Agrícola 1977/78 – 5º levantamento – junho/78.

aproveitamento da capacidade ociosa das usinas, através da implantação das destilarias anexas, acabou dando à indústria açucareira já instalada uma preeminência que não constava dos termos iniciais do Programa.

Atualmente, no entanto, a possibilidade de instalar novas destilarias anexas já apresenta sinais de esgotamento em algumas regiões (como é o caso de São Paulo). Por isso mesmo, o setor açucareiro está reivindicando a revogação da norma constante da exposição de motivos nº 10, que limita o dimensionamento das destilarias anexas em 30% da capacidade de moagem das usinas. Com isto, o setor busca autorização para produzir um maior volume de álcool, a fim de garantir a posição que ocupa atualmente no sistema produtivo.

Na safra 1978/79, as destilarias anexas foram responsáveis por 90% da produção total de álcool. As propostas para montagem de destilarias já enquadradas pela Comissão Nacional do Álcool (CNal), no entanto, prenunciam uma redução deste percentual, pois distribuem a produção numa proporção de 53,7%, para as destilarias anexas, e de 46,3%, para as autônomas.

Ainda assim, é duvidoso que a entrada em operação dessas destilarias contribua significativamente para redistribuir regionalmente a renda gerada pela produção de álcool no Brasil. Dos 237 projetos aprovados pela CNal, apenas 80 estarão localizados nas regiões Norte e Nordeste. Essas duas regiões abrigarão, por outro lado, menos de 1/3 das destilarias autônomas previstas; e, em termos de produção de álcool, a capacidade total estimada ficará distribuída na proporção de 69,5% para o Centro-Sul e 30,5% para o Norte-Nordeste.

Poluição

Antes de concluir o trabalho, é preciso avaliar o efeito da produção de álcool em larga escala, em termos de índice de poluição hídrica provocado pelo rejeito industrial das destilarias. Qualquer análise de rentabilidade das destilarias a serem implantadas (e portanto da produção de álcool) deveria levar em consideração estes custos sociais.

O vinhoto (derivado da produção de álcool em uma proporção de 12 litros de vinhoto para cada litro de álcool produzido) exige uma alta demanda por oxigênio para a sua neutralização como poluente. Daí, os desequilíbrios na flora e fauna aquáticas que o despejo direto desse resíduo em rios e lagoas provoca, em função do consumo de oxigênio, que deixa de ser disponível para plantas e peixes.

Atualmente, as normas para aprovação de projetos de implantação de destilarias exigem a exibição do meio de controle de poluição hídrica utilizado. Controle este que deve ser previamente analisado e aprovado pelos órgãos estaduais ou federais de estudos do meio-ambiente.

Entretanto, os sistemas de controle de poluição provocada pelo vinhoto, apesar de não apresentarem problemas técnicos, ainda não estão sendo utilizados plenamente. Exemplo disto são as diversas manifestações de comunidades próximas a destilarias que acusam o vinhoto de estar provocando desequilíbrio na flora e fauna aquáticas. Algumas vezes, inclusive, provocando problemas sociais graves, como é o caso de algumas aldeias de pescadores que tiveram seu meio de sobrevivência prejudicado.

Assim, é preciso atentar para que o controle de poluição se faça com mais cuidado, pois ainda é uma questão não resolvida. Ao nível de informações técnicas, vale destacar os sistemas de eliminação mais conhecidos: 1) os de oxidação prévia em lagoas artificiais projetadas com esta finalidade específica e das quais, após um período de repouso, resfriamento e rebaixamento da demanda por oxigênio, o resíduo é atirado aos cursos d'água mais próximos, aproveitando-se a lama decantada para ser utilizada como fertilizante; 2) os de evaporação do vinhoto para aproveitamento do concentrado daí

resultante como ração animal ou fertilizante, de acordo com a matéria-prima original e o teor final de sais minerais do concentrado; 3) os de utilização do vinhoto "in natura" como fertilizante, utilizando o bombeamento direto ao campo ou transporte por caminhões-pipa.

Conclusões

A análise anterior permite algumas conclusões. A primeira delas é a de que existe uma contradição intrínseca entre o objetivo de produzir grandes quantidades de álcool, a curto prazo, ao menor custo possível, e as intenções redistributivistas da Exposição de Motivos apresentada ao CDE. Ou seja, não havia outra saída a não ser fortalecer a agroindústria canavieira tradicional caso se pretendesse obter as metas de produção de álcool fixadas. E, como ficou demonstrado, a implantação geográfica concentrada desse setor não favorece a distribuição regional da renda.

Surgem dúvidas, também, quanto à validade das metas de produção do Proálcool, tendo em vista a sua capacidade limitada de reduzir a dependência do país com relação ao petróleo importado. Os 5 bilhões de dólares de investimentos previstos não seriam melhor utilizados no quadro de uma política energética global que contemplasse, também, a substituição de outros derivados do petróleo, além da gasolina? Tudo indica que sem esse Plano Energético Global, o resultado será o surgimento de excedentes consideráveis de álcool ou de gasolina.

Os primeiros indícios da tendência à constituição de excedentes de álcool já podem ser detectados. Como a capacidade de produção vem se expandindo sem uma preocupação simultânea com o desenvolvimento da infraestrutura de distribuição e estocagem, São Paulo, por exemplo, já começou a se deparar com problemas de armazenagem. Assim é que, no primeiro semestre do ano, as destilarias paulistas ameaçaram parar sua produção por problemas de escoamento. A solução adotada pela Comissão Nacional do Álcool, foi a liberação das exportações. Uma solução, entretanto, que nem sempre será viável na medida em que o Programa se expanda na proporção pretendida.

As insuficiências do sistema de distribuição ficam evidenciadas pelo fato de que o percentual de mistura do álcool anidro com a gasolina varia muito entre os diversos estados. No final de 1978, para o Norte-Nordeste, o percentual de mistura era de apenas 6,9%, enquanto para o Brasil ele atingia 10,2%. No Distrito Federal e em São Paulo, o combustível distribuído continha 20% de etanol, mas em 9 estados, assim como em todos os 3 territórios, a gasolina não estava sendo misturada com álcool. Dentre estes estados, constam alguns das regiões Sul e Sudeste como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo.

Finalmente, cabe exprimir alguma dúvida quanto à possibilidade de se alcançar efetivamente a meta de 10,8 bilhões de litros de álcool, prevista para 1985. O cumprimento deste objetivo implicaria a aprovação de 2 projetos por semana, de destilarias de 150 mil litros/dia cada uma, o que caracteriza um ritmo incompatível com o exame criterioso das propostas. Vale notar que, até aqui, a média das destilarias implantadas está em torno de 120 mil litros/dia. ■

ARROZ

Preços liberados

Há poucos dias, os preços do arroz no mercado de varejo foram novamente liberados. Segundo se anunciou oficialmente, a decisão, possibilitada pelo fato de o governo já deter estoques capazes de evitar uma nova disparada de preços, objetiva incentivar o plantio, ainda em andamento, da próxima safra do cereal.

A liberação dos preços certamente contribuirá para gerar no produtor uma expectativa de melhor remuneração, no próximo período de comercialização. No caso do arroz, no entanto, este efeito possivelmente terá importância reduzida. Isto porque não foram poucas as vezes em que a tabela foi eliminada, quando do plantio de uma safra, e reativada logo que se tornaram conhecidos os resultados da colheita. Assim, é provável que o produtor já tenha claro que nada assegura a continuidade de um mercado livre no próximo ano, a não ser uma safra abundante.

Entre os empresários ligados à comercialização intermediária e final do produto, a notícia foi recebida com fortes manifestações de regozijo. No entanto, supondo que não venham a ocorrer atrasos das importações e outros problemas na distribuição dos estoques governamentais, os interesses dos comerciantes e consumidores certamente serão afetados em proporção menor do que a alardeada. Na verdade, a escassez física de arroz que se verifica no mercado desde fins do ano passado, conseqüência da frustração de duas safras seguidas, inviabilizou completamente o cumprimento da tabela nos últimos meses. Há muito que, nos centros menores de consumo e na periferia das grandes cidades, os preços da tabela foram simplesmente esquecidos. Nos supermercados, o preço do produto era igual ao limite máximo estabelecido pelas autoridades, mas a qualidade, sempre inferior à correspondente àquele preço. O artifício de misturar mercadoria de diversos tipos e qualidades e vender o produto pelo preço de arroz de primeira, apesar de pouco ético, era o único capaz de compatibilizar o preço tabelado no varejo às cotações do arroz nos demais segmentos do circuito de comercialização e, portanto, acabou sendo tolerado.

Assim, a desativação da tabela deverá provocar um reestabelecimento da hierarquia de preços dos diversos tipos de arroz, a qual foi praticamente eliminada, em função do longo período em que os preços estiveram controlados. Em conseqüência, é provável que se normalize o fornecimento de produto de diversas qualidades a preços também diferentes. O consumidor de arroz de primeira terá que pagar mais pelo produto, obtendo, em contrapartida, um arroz de melhor qualidade. Os consumidores de renda mais baixa talvez venham a ser até beneficiados, uma vez que a parcela da oferta de arroz inferior, anteriormente desviada para composição do produto melhor, voltará a tornar-se disponível para a venda em varejo. O consumidor voltará a escolher o tipo de arroz que satisfaz suas necessidades, ou, ao contrário, cujo preço é compatível com seu orçamento. No entanto, o fato de poder "escolher" o produto que deseja consumir, certamente, não é compensação suficiente para quem está sendo obrigado a pagar pelo cereal quase 80% a mais do que no início do ano.

Em suma, a decisão governamental não parece estar sujeita a críticas mais contundentes. A situação de mercado (não cumprimento da tabela em todo comércio varejista, escassez repentina e passageira em alguns centros de consumo, etc.) estava a exigir alguma correção por parte das autoridades. A hipótese de reajustar os preços da tabela e empreender uma fiscalização efetiva de seu cumprimento podia ser descartada por motivos já bastante conhecidos. A liberação dos preços parece constituir o caminho mais simples pa-

ra a normalização do abastecimento desde que a oferta interna venha a ser complementada, a tempo, pelo produto importado. ✱

CACAU

Altos estoques mundiais

Com o anúncio das primeiras previsões para a safra mundial de 1979/80, verifica-se mais um período de crescimento dos estoques mundiais de cacau, o terceiro consecutivo. Os níveis de estoques são, no momento, comparáveis aos do início da safra 1971/1972. Os preços internacionais, que têm mantido tendência de baixa acentuada neste último mês, não parecem ter chance visível de recuperação. As pressões sobre o mercado físico têm sido contínuas e, ao que parece, provocadas pela revenda de estoques de países consumidores, associada à necessidade que têm os produtores de colocar seu produto no mercado.

Com a disponibilidade de cacau da nova safra, essa pressão deverá aumentar ainda mais, com danosas conseqüências para a receita cambial dos países exportadores de cacau durante o ano de 1980. O que hoje ocorre é uma inversão do que se viu em 1978, quando os altos preços obtidos nessa época do ano permitiram aos produtores a entrada de 1979, com garantia de boa receita financeira para as exportações de cacau. Possivelmente, 1980 não mostrará um quadro tão bom quanto o deste ano (quando as exportações brasileiras alcançarão algo próximo do bilhão de dólares) sendo as primeiras estimativas fixadas em 700-800 milhões de dólares.

No entanto, deve-se considerar que o retorno das cotações internacionais para o patamar de US$ 1,00 por libra-peso não está tão próximo quanto desejam os países consumidores. A negociação de um novo Acordo Internacional já deverá encontrar os produtores mais flexíveis quanto à faixa de preços que influenciará a movimentação do estoque regulador, uma vez que o mercado se mostra frágil em razão da perspectiva de depressão mundial em 1980. Garantir, agora, um preço médio da ordem de US$ 1,40 por libra-peso dará grande alívio aos países, que têm investido com maior intensidade no crescimento de sua produção, como o Brasil e a Costa do Marfim, que disputam a primeira colocação entre os grandes produtores mundiais.

O que parece certo é que, mais uma vez, os países desenvolvidos controlam os preços dos produtos primários que importam do mundo subdesenvolvido. Com os preços do petróleo fora de seu controle, e com perigo crescente de uma forte recessão econômica, os países industrializados começam a forçar a baixa dos preços de matérias-primas vegetais. Desse modo, poderiam ter algum controle sobre o preço interno de seus produtos finais. É certo, ainda, que a conjuntura atual permite prever um retorno das tendências de preços à normalidade, sem as fortes oscilações que se verificaram nestes dois últimos anos.

No Brasil, de qualquer modo, os preços internacionais ainda permitem uma boa remuneração ao produtor de cacau. No entanto, com a ocorrência de safras cada vez maiores em virtude do programa de expansão implantado a partir de 1975, e com o conseqüente aumento na demanda por mão-de-obra, os custos deverão crescer um pouco mais, reduzindo a receita líquida do produtor, tornando delicada a situação, se nova queda de preços vier a ocorrer no mercado internacional. ✱

CAFÉ

Favores governamentais ou uma política de comercialização?

Os movimentos reivindicatórios promovidos, no passado, pelas lideranças da agropecuária brasileira pecaram, diversas vezes, pelo irrealismo e pela visão imediatista das propostas encaminhadas. Isto explica, ao menos em parte, o fato de a agricultura receber apenas "favores governamentais", voltados para o desafogo de última hora. Tais concessões trazem, a reboque, a pecha de "setor dependente", "foco inflacionário", etc. . . Na verdade, raras são as vezes em que nossas lideranças rurais esquecem a busca desses favores que acabam por beneficiar uma minoria e que, afinal, seriam dispensáveis caso elas concentrassem esforços na reivindicação, por exemplo, de uma infraestrutura que contribuísse para aumentar a eficiência da atividade agrícola.

O recente movimento dos cafeicultores de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, constitui exemplo deste tipo de comportamento. É evidente que a alegada baixa remuneração da atividade é conseqüência da ortodoxia com que vem sendo empreendida, nos últimos meses, a política de sustentação dos preços internacionais do café. Esta estratégia de vendas que, com grau maior ou menor de rigidez, há muito é empreendida pelo IBC, vem acarretando a gradual redução da participação do Brasil nas exportações mundiais de café. Seria contra este tipo de política, a qual compromete a perspectiva de remuneração a longo prazo do produtor e pode levá-lo a realmente erradicar cafezais, que deveriam se levantar as lideranças do setor.

No entanto, o movimento dos cafeicultores preferiu exigir, tão somente, a elevação da remuneração auferida pelo agricultor. Esta poderia ser obtida através da eliminação do confisco cambial, do aumento dos preços de garantia, ou por outro artifício qualquer, desde que, no curto prazo, assegurasse a elevação dos recursos em mãos da cafeicultura. Para tal, ameaçaram inclusive com a erradicação espontânea de alguns milhões de cafezais produtivos, o que, evidentemente, não se concretizou.

É importante perceber que o confisco cambial, assim como o preço mínimo de exportação são, em princício, apenas instrumentos necessários à condução de uma política de vendas externas. No caso do café brasileiro, esta administração das vendas assume papel importante para a preservação dos ganhos monopolísticos da exportação. Isto, em decorrência da participação decrescente, mas, ainda assim, elevada, do café brasileiro no mercado internacional, bem como do potencial de expansão da cafeicultura no Brasil. A maneira com que são manipulados aqueles instrumentos (e não a existência deles, tão somente) é que pode ser benéfica ou prejudicial para os cafeicultores. São evidentes os efeitos danosos sobre os preços internacionais que, a médio e longo prazo, adviriam da eliminação pura e simplesmente do confisco cambial, fosse ela gradual ou imediata.

Se, por um lado, através do confisco cambial, o governo se apropria de uma parcela dos preços recebidos pelo café (parcela esta que não será necessariamente igual ao confisco, pois uma parte provavelmente recairá sobre o consumidor estrangeiro), por outro, o efeito do confisco sobre a regularização da oferta brasileira e mundial do produto, não é desprezível. Assim, alguma vantagem, em termos de preço, advinda de uma eficiente administração da oferta brasileira, beneficiaria o cafeicultor. Não pode ser esquecido,ainda, o efeito estabilizador sobre os preços internos do café que aquele instrumento permite obter.

No entanto, os produtores desejavam a eliminação do confisco cambial, ao mesmo tempo em que a política de sustentação dos preços internacionais do café a cada dia tornava mais inatingível a meta de exportação, tanto em termos de quantidades quanto de receita.

Depois de inúmeras reuniões de produtores, nas quais lançou-se

mão das mais diversas formas para demonstrar insatisfação, o governo resolveu reajustar o preço de garantia para Cr$ 3.800,00/sc e, a partir de 1/2/80, para Cr$ 4.200,00/sc. Estes valores estavam previstos para vigorar apenas a partir de jan/80 e abril/80, respectivamente. Sem dúvida, o objetivo precípuo do movimento, foi alcançado, mas é preciso refletir em que medida estes reajustes constituirão benefícios reais ao setor.

Tendo em vista os níveis atuais da inflação interna e as condições em que é exportado o café brasileiro, o produtor que tiver acesso ao crédito subsidiado de comercialização irá optar por receber agora 80% do preço de garantia e, em fevereiro próximo, conforme as condições do mercado, decidir entre exportar ou vender o produto ao IBC por Cr$ 4.200,00/sc. Até aqui, parece cômoda a situação do cafeicultor.

Qual será, no entanto, o comportamento do IBC, durante os próximos meses, em relação à administração das vendas brasileiras? A resolução nº 74/79, que reformula aspectos da sistemática de garantia de preços ao importador, não parece introduzir modificação substancial na política de vendas até aqui adotada, a menos que venha a ser complementada por medidas de real incentivo às exportações de café. De acordo com aquela resolução, a indenização a que o importador tem direito no caso de queda de preço do café brasileiro será calculada com base no preço indicativo da OIC (arábico não lavado). Anteriormente, a indenização seria devida quando o IBC reduzisse o preço de registro. Assim, a Autarquia fez uma declaração de fé na estabilidade dos preços internacionais, a curto prazo, ao mesmo tempo em que concede uma garantia maior ao importador.

Caso pretendesse realmente aumentar as exportações de café nos últimos meses do ano, a Autarquia teria reduzido o valor do confisco cambial e do preço de registro, o que, por um lado, atenderia aos reclamos dos produtores e, por outro, facilitaria a colocação do café brasileiro. Isto seria feito à custa de alguma redução dos preços internacionais e, em certa medida, de uma renúncia a política de sustentação de preços, concessões essas que o IBC não parece estar disposto a aceitar. Optou, ao contrário, por elevar os preços de garantia a nível próximo ao que é recebido pelo produtor na venda de café a um exportador. Parece lícito, portanto, concluir que o Brasil pretende manter uma conduta pouco agressiva no mercado durante os próximos 30 a 60 dias.

No entanto, as cotações internacionais dificilmente se sustentarão nos níveis de hoje quando afluírem no mercado as novas safras dos demais países latino-americanos. Isto porque a hipótese de que os países produtores logrem um entendimento que permita uma eficiente ordenação da oferta naquele período, não parece provável. No entanto, quando o aumento sazonal da oferta de café começar a reduzir as cotações do produto, o IBC poderá voltar a incentivar as vendas brasileiras sem ser diretamente responsabilizado por uma queda significativa dos preços. Resta saber se esse benefício político será compensado pelos prejuízos oriundos da virtual paralisação das exportações brasileiras num período em que o país era o único fornecedor de grandes quantidades de café.

A política de sustentação de preços terá, então, custado ao país a oportunidade de iniciar um sério esforço de reconquista de mercados. E quando, por azar, a geada não atingir as regiões produtoras durante dois ou três anos consecutivos? O que o cafeicultor brasileiro, que hoje conquistou mais um favor governamental, fará com duas ou três safras de 25 a 30 milhões de sacas? Talvez, a obtenção de novos favores venha a ser a única saída. ✱

FEIJÃO

Um balanço negativo

Ao aproximar-se o final do ano, um rápido balanço dos acontecimentos pertinentes à cultura feijoeira nos dá conta de que 1979 deixou bastante a desejar quanto ao aumento da oferta interna da leguminosa. Como se não bastasse a seca que atingiu o sul durante o verão, as geadas de meados do ano também se fizeram presente, prejudicando, principalmente, a produção mineira da safra da seca, que somou pouco mais de 154.000 t (3,9% a menos do que o obtido em 1978).

À parte a meteorologia, outros fatores contribuiram para prejudicar a cultura este ano. Dentre eles, destacam-se: a falta de maior apoio oficial ao pequeno produtor, o atraso na liberação dos recursos do pré-EGF e a vigência de um preço mínimo irreal para a safra 1978/79. Desta forma, embora ainda não se disponha de dados definitivos quanto ao somatório das duas safras de feijão do presente ano, estima-se que a produção deve situar-se entre 2,28 e 2,35 milhões de t, ou seja, de 4,6% a 1,7% abaixo do obtido em 1978.

O aperto verificado no abastecimento interno da leguminosa refletiu-se nas altas de preços registradas nos principais mercados atacadistas nacionais do grão, quais sejam, São Paulo e Rio de Janeiro. No primeiro, a elevação das cotações das variedades de cores chegou a alcançar, de abril a início de outubro, mais de 100% (feijão carioquinha), enquanto que, na Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro, o feijão preto (tipo comum), no mesmo período, tinha seu preço elevado em 57%.

A pequena disponibilidade do produto a nível de propriedade rural explica, também, o aumento de 115% registrado no preço médio recebido pelos agricultores paranaenses, de janeiro a setembro, pela saca de 60 kg de feijão de cor, que alcançou Cr$ 753,00.

Os altos preços recebidos no início do plantio da safra das águas, aliados à divulgação de um preço mínimo para 1979/80 considerado atraente, levaram a aumento da área semeada com o feijão das águas, nos estados do Sul, em relação à safra anterior. Assim, o Paraná, apresentou um acréscimo de 13%; o Rio Grande do Sul, de 12%; e Santa Catarina, de 19%.

Considerando que os rendimentos médios nestes estados deverão ser, também, levemente superiores àqueles observados na última safra das águas, tudo leva a crer que a produção de feijão desta safra se situe entre 1,4 e 1,5 milhão de t, ou seja, de 22% a 31% acima do obtido na safra 1978/79.

O primeiro lugar dentre os maiores produtores da safra da leguminosa deverá caber, novamente, ao Paraná, uma vez que sua expectativa é de uma produção em torno de 628.000 t. Conseqüentemente, divulga-se, extra-oficialmente, que o estado deverá receber mais da metade dos Cr$ 100 milhões a serem aplicados em financiamentos de pré-comercialização da safra das águas (sua participação nos recursos do pré-EGF para a safra das águas 1978/79 foi de 47%).

A partir de novembro, e até janeiro, maiores entradas do produto são esperadas, o que deverá baixar os preços a nível de produtor. É necessário, portanto, que seja agilizado o repasse às cooperativas dos recursos de pré-comercialização, de modo a minimizar a ação dos intermediários na compra do produto ao agricultor. ✱

MILHO

Preços do produto nacional estão estáveis

A recente entrada do milho importado, em fase de comercialização na Bolsa de Cereais de São Paulo, desde 8/10, lança novos dados para a composição do quadro do abastecimento interno do cereal até o início da próxima colheita. Em que pesem as críticas formuladas por amplos segmentos consumidores (particularmente entre os avicultores e suinocultores), a comercialização do produto naquele mercado vem se desenvolvendo bem. Com efeito, no mês de outubro foram negociadas 289,8 mil t para entrega imediata e 68,2 mil t para entrega futura. Nessas operações, a unidade de 60 kg, em média, foi cotada a Cr$ 236 e Cr$ 231, respectivamente.

Para o estado de São Paulo, o produto para entrega imediata (posto em armazéns distribuídos pelo interior) foi adquirido pelos consumidores a um nível de preços entre Cr$ 230 – 240/sc 60 kg. Admitindo-se que o cereal seja consumido num estabelecimento (granja ou fábrica de ração, por exemplo) localizado nas imediações da capital, e adicionando-se os gastos com o transporte à referida unidade de consumo, teremos um custo final em torno de Cr$ 260 a unidade. Nesse mesmo período, o milho de origem nacional, segundo a Bolsa de Cereais, vem sendo comercializado por volta de Cr$ 265/60 kg, granel, FOB São Paulo.

Nesse sentido, percebe-se que os preços do produto nacional têm manifestado resistência à queda, apesar da gradativa baixa de preços do milho importado, desde os pregões iniciais de outubro. Nessa comparação de preços, deve-se ressaltar que o produto norte-americano é do tipo amarelo nº 3, de qualidade estimada em 20% inferior à do cereal brasileiro. Além disso, aquele produto só se presta à alimentação animal.

Assim, face à reduzida oferta interna, com os estoques cingidos às manobras especulativas dos intermediários, e com as indústrias de rações e alimentos razoavelmente abastecidas, infere-se que a referida firmeza de preços revela que a quantidade do cereal até agora desembarcada, foi insuficiente para reduzir sensivelmente os preços de mercado.

Desde o início das primeiras negociações no mercado externo (julho), o país contratou pouco menos de 1 milhão de toneladas. Desse volume, tão somente 1/3 chegou até os portos nacionais. Dessa forma, considerando-se a crescente redução do suprimento interno à medida em que se aproxima o final do ano comercial (março de 1980), resta às autoridades governamentais a opção de intensificar as desovas nos próximos meses. Tal estratégia evitaria o surgimento de grandes entraves (pela indisponibilidade física do produto) à produção de pequenos e médios animais, e impediria o recrudescimento de uma esperada pressão altista nos preços do cereal. Para que apenas seja mantido o ritmo dos pregões de outubro, seria necessário, para os próximos três meses, um montante mínimo da ordem de 990 mil t, superior em 55% à quantidade já comprada no mercado externo e que tem desembarque previsto para novembro-dezembro deste ano. Em síntese, para poder lutar contra o preço alto e a oferta baixa, é preciso antes vencer o tempo. ✱

TRIGO

Chuvas comprometem a safra recorde

A obtenção de uma colheita recorde de trigo, em 1979, superior, portanto, à maior produção obtida no país – 3,2 milhões de t em 1976 – é hoje uma perspectiva distante da realidade. O bom desempenho inicial da cultura ficou ligeiramente

comprometido quando geadas atingiram o Paraná e Mato Grosso do Sul. Em conseqüência disso, reduziu-se em 20% a estimativa de produção paranaense, permitindo, contudo, que ainda se projetasse uma safra nacional em torno de 4 milhões de t.

No início de outubro, entretanto, chuvas intermitentes, ventos fortes, e,até mesmo, granizo, se abateram sobre o Rio Grande do Sul causando perdas que, até o momento, são estimadas em 50% das 2,4 milhões de t que seriam colhidas entre outubro e dezembro. De acordo com essa estimativa, a produção interna do cereal se situaria pouco acima das 3 milhões de t, para uma área plantada superior a 4 milhões de ha.

Os prejuízos podem ser computados de diversas formas. Quer através das receitas que os produtores deixaram de obter, quer das divisas que o país será obrigado a dispender para importar a quantidade de trigo perdida. O fundamental, entretanto, é a questão que permanece em aberto de como compatibilizar a necessidade de se produzir trigo internamente com a dificuldade de obter variedades adaptadas ao nosso clima, mais resistentes pelo menos às "armadilhas" meteorológicas.

A utilização de outras áreas para a produção de trigo pode representar alternativa, desde que sejam transpostos os obstáculos do estabelecimento da cultura em níveis comerciais nessas regiões. No cerrado, por exemplo, haveria a necessidade de irrigação, além de correções no solo, o que exigiria investimentos vultosos, viáveis, apenas, a médio prazo.

Por outro lado, os estados da Região Sul possuem uma vasta infra-estrutura montada para a produção do cereal. Além disso, o cultivo do trigo tem representado, nesta região, uma forma de amortizar os custos fixos dos investimentos com a soja, além de, nos dois últimos anos, ter contribuído para diminuir os efeitos dos prejuízos acarretados pelas perdas com a oleaginosa.

No curto prazo, entendido como um período de dois a três anos, as alternativas para a utilização da terra durante o inverno, que se faz necessária até mesmo para evitar a erosão, continuam sendo o trigo e os demais cereais de inverno. Com relação à cevada, até o momento, a produção interna é estimada em torno de 114 mil t e a demanda industrial para malteação situa-se acima de 350 mil t, o que representa a possibilidade de aumento da produção em até 200%, sem que haja problemas de absorção por parte das indústrias.

A cevada, entretanto, é tão suscetível aos rigores de nosso clima quanto o trigo, além de não contar com o apoio institucional de que o trigo dispõe. As demais culturas carecem de estímulo, uma vez que seu mercado é restrito, como no caso da aveia e do centeio. A médio prazo, a colza, oleaginosa da qual se extrai farelo e óleo, pode representar alternativa em termos de cobertura da terra no inverno assim como opção para o parque de esmagamento de soja, atualmente com capacidade ociosa superior a 50%.

Se, por um lado, os produtores praticamente não contam com outras alternativas para o período de inverno, a demanda por trigo tem crescido aceleradamente nos últimos anos, devendo superar, já em 1979, as 6 milhões de t.

Assim, mesmo que a retirada do subsídio ao consumo seja viabilizada e que a demanda pelo cereal se reduza, algumas questões ainda permanecem em aberto. Entre elas, a necessidade de produzir em áreas tradicionais ou não, o trigo que é consumido internamente. ●

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 jan 80 mar 80 mai 80 jul 80 set 80 nov 81 jan	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-28%	-21%	13,28 (jan)	+5% +12%	↗	Impasse na aprovação pelo Congresso do Acordo Doméstico do Açúcar nos EUA, atenua tendência altista verificada há diversas semanas.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters, Cotton World Stat.	+8%	-2%	64,33	+2% +10%	↗	Safra norte-americana deverá alcançar média dos últimos anos, mas chuvas podem retardar colheita no Texas e em Memphis. Compras chinesas nos EUA aquecem mercado internacional.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+46%	+13%	123,88 (dez)	+3% +11%	→	Permanece no mercado a influência baixista da super produção, compensada, em parte, pela tentativa de sustentação dos preços pelos países produtores.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-23%	0%	210,84 (dez)	-6% -10%	→	Analistas prevêem enfraquecimento na política de valorização dos preços com as mudanças internas na garantia de preços ao importador. Especula-se também, sobre a adesão da Costa do Marfim ao Grupo de Bogotá.

*** Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 jan	80 mar	80 mai	80 jul	80 set	80 nov	81 jan	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-8%	+6%	256,83	+5%						+22%	↘	– Pressão de oferta devido à colheita norte-americana (estimada em 188 M. T.). – EUA cancelam o programa de "Set Aside".
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+16%	+13%	622,94	+4%						+19%	↘	Colheita norte-americana atingindo sua fase final e apresentando rendimentos por hectare superiores aos do período anterior, quando se obteve uma safra recorde de 50,9 milhões de t.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+8%	+9%	174,33	+4%						+15%	→	Saída brasileira do mercado até abril de 1980, início da comercialização da próxima safra, favorecerá o escoamento da safra recorde norte-americana de 60,2 milhões de t.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-11%	+1%	424,47	+2%						+14%	↘	Segundo o Conselho Internacional de Trigo, o comércio mundial do cereal deverá crescer 7% em relação ao período anterior. O decréscimo dos estoques finais deverá ser de 9%.

* Valores deflacionados pelo IPA norte–americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa–se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+9%	+4%	644,40	↗	Estoques de algodão estão praticamente no nível considerado mínimo, o que tem levado ao aumento das aquisições por parte das indústrias têxteis.
ARROZ Amarelão-Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-21%	-1%	940,00	→	Mercado registra a redefinição de uma nova hierarquia de preços dos diversos tipos de arroz em função da liberação de preços.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+6%	+8%	2.850,00	→	Aumento do preço de garantia poderá melhorar as bases de negociação dos produtores. No entanto, existe uma grande oferta de cafés cuja baixa qualidade impede que sejam exportados, o que reforça a oferta interna.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP			**Sem Cotação**		Abates paralisados no Estado de São Paulo.

*** Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

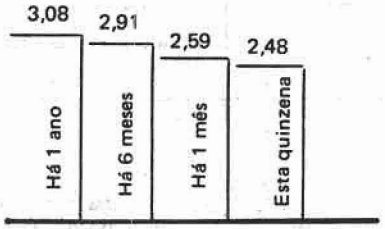
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real* um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+30%	+8%	725,00	↘	Aumento das entradas do produto novo favorece maiores quedas das cotações.
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	-5%	+15%	25,90	↗	Cotação deverá elevar-se à medida que os frigoríficos estocam frango abatido para as festas de fim de ano.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-19%	-40%	256,50	↗	Oferta reduzida de milho nacional (fora da BCSP).
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-17%	+2%	505,50	→	Mercado praticamente paralisado pela falta de matéria-prima para ser comercializada.

* **Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

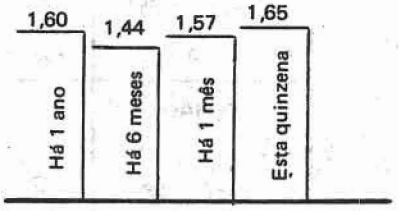
Agroanalysis 3(10): 24-29, novembro 1979

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

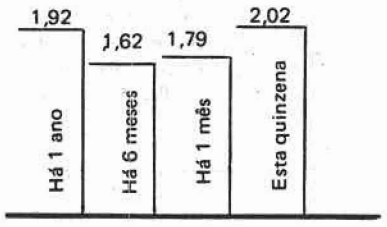
Soja / Milho



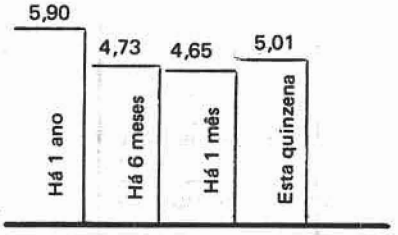
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho

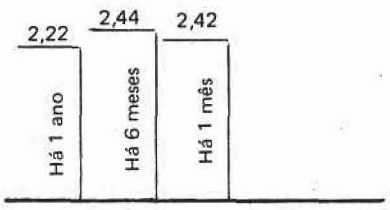


FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

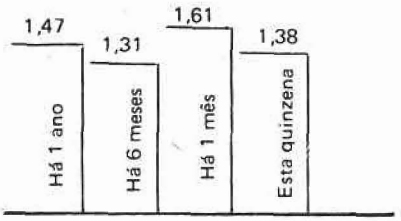
NOTA: Comparativamente à posição de um mês atrás, o preço relativo soja/milho apresenta, esta quinzena, uma queda de 4,2%. As boas condições climáticas prevalecentes nas áreas semeadas com soja nos EUA levaram a sucessivas reavaliações da produção daquele país, estimada, atualmente, em 60,2 milhões de toneladas. Por outro lado, a intensificação da colheita norte-americana agregou influência baixista sobre a cotação da leguminosa que, no referido período, experimentou uma queda de 9,4%. *** Por sua vez, a relação de preços trigo/milho (1,65, esta quinzena) prossegue em escalada, desde a posição de há 6 meses atrás. Durante a quinzena, o arrefecimento dos preços do mercado de metais refletiu-se, de imediato, sobre as cotações do trigo "soft red", invertendo a sua trajetória ascendente (ligeira quda de 0,7%, relativamente à posição de 1 mês antes). Como fator de sustentação, o mercado do trigo reagiu favoravelmente às compras sino-soviéticas, num quadro que evidencia uma ampliação da demanda internacional pelo produto norte-americano. *** A incidência de chuvas nas grandes regiões produtoras do Texas e do estado de Memphis, acarretaram atraso na colheita norte-americana de algodão, levando a uma maior pressão de demanda pela fibra na Bolsa de Nova Iorque. Tal fato, conjugado ao ingresso da China no mercado comprador, explica o incremento (1,8%) verificado no preço do algodão, numa época em que os preços normalmente estão em baixa (fase de colheita no Hemisfério Norte). Essa firmeza do mercado da fibra, associada à queda dos preços do complexo soja, sedimentou uma alta acentuada (12,9%) no preço relativo algodão/soja, esta quinzena, em comparação ao nível de há 1 mês. *** Em idêntico período, o preço relativo algodão/milho revela um aumento de 7,7%. Nesse espaço de tempo, o bom andamento da (recorde) colheita norte-americana e o cancelamento do programa de "set aside" motivaram uma apreciável redução de 5,6% no preço do milho na Bolsa de Chicago. Ressalte-se, todavia, a expressiva queda desta indicador desde há 1 ano antes.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

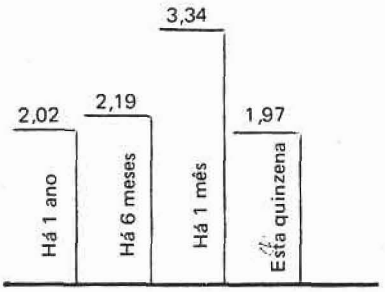
Boi Gordo / Frango Vivo



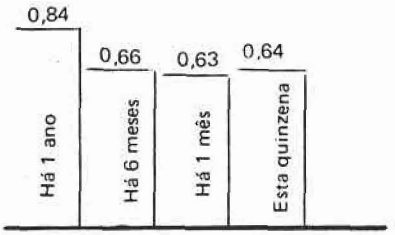
Frango Vivo / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – *Boi Gordo*: IEA-Sec. Agric. SP. *Frango Abatido e Ração Ave Corte*: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** A ausência da relação de preços boi-gordo/frango vivo nesta quinzena explica-se pela suspensão das cotações da arroba do boi gordo devido à paralisação dos abates de bovinos. *** Após período em que se registraram altas sucessivas no preço recebido pelos avicultores, o preço do frango vivo registrou queda de 6,2%, esta quinzena, em comparação àquele de há 1 mês. A proximidade das festas de fim-de-ano levou os criadores a comercializarem quantidade maior do produto, a fim de procederem ao preparo de seus criatórios para o atendimento de uma demanda mais acentuada a partir de meados de novembro. Esta movimentação das cotações, aliada ao aumento de 9,5% no preço da ração no mesmo período, responde pelo decréscimo de 14,3% do preço relativo frango vivo/ração, traduzindo queda da lucratividade do setor avícola de corte. *** O início de uma maior oferta do feijão paranaense, com o começo da colheita da safra das águas, foi o responsável pela queda de 1,7% observada, esta quinzena, no preço do feijão de cores transacionado na Bolsa de Cereais de São Paulo. Este decréscimo, associado à manutenção da cotação atingida há 1 mês pelo feijão preto, explica a elevação de 1,6% do preço relativo feijão preto/feijão de cores desta quinzena em cotejo com aquele de há 1 mês. *** A suspensão do tabelamento do preço do milho e as conseqüentes movimentações de mercado ditadas pela venda do produto importado em Bolsa levaram à alta de 79,4% na coação do cereal esta quinzena. Este aumento, em contrapartida à elevação de 5,9% observada na cotação da soja, no mesmo período, explica a expressiva queda (41,0%) do preço relativo soja/milho desta quinzena em compração àquele de há 1 mês.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo –, representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt